



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(6/PGEN/GMV/2026)

ASSUNTO: CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2025

Foram presentes, para conhecimento, os dados estatísticos do Centro de Recolha Oficial relativos ao mês de dezembro, elaborados pelo Gabinete Médico Veterinário.

A Câmara tomou conhecimento.

Tomar, 26 de janeiro de 2026

Seguimento:

- GMV p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

Mapa Mensal Canídeos

Mês	Entrada		Saída		Óbitos		Esterilizações	Residentes no Canil-Intermunicipal
	Capturados	Entregues no CRO	Restituídos	Adotados	Morte Natural	Eutanasiados		
Dezembro	11	3	2	7	2	2	13	257

Mapa Mensal Felídeos

Mês	Entrada		Saída		Óbitos		Esterilizações	Residentes no Canil-Intermunicipal
	Capturados	Entregues no CRO	Restituídos	Adotados	Morte Natural	Eutanasiados		
Dezembro	10	2	1	10	1	0	24	219

Outras Cirurgias Realizadas no CRO

Data	Cirurgia
02.12.2025	Enucleação do olho esquerdo
02.12.2025	Mastectomia unilateral
04.12.2025	Extração dentária + destartarização
04.12.2025	Reconstrução cutânea
05.12.2025	Mastectomia regional
05.12.2025	Extração dentária + destartarização
09.12.2025	Enucleação de olho
15.12.2025	Destartarização
16.12.2025	Destartarização
16.12.2025	Destartarização

Animais Esterilizados pertencentes a famílias

carênciadas		
Data	Espécie e Género	Local

Animais recolhidos nos Bairros Sociais

Data	Espécie	Local

Animais adotados e enviados para o Estrangeiro

Data	Espécie e Género	País



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO (1214/PGEN/DPC/2025)

ASSUNTO: ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA BOMBEIROS ESTAGIÁRIOS VOLUNTÁRIOS

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Presidente:

Submete-se a aprovação do Executivo Municipal a proposta de abertura de inscrições para bombeiros estagiários voluntários, pelos fundamentos apresentados na informação nº 1463/DPC/2025, de 2025-12-23, da Divisão da Proteção Civil.

Nos termos do artigo 5.º do Regulamento Interno (RI) dos Bombeiros do Município de Tomar (BMT), este Corpo de Bombeiros é constituído por elementos profissionais e voluntários, competindo ao Comandante, conforme o disposto na alínea h) do n.º 7 do artigo 12.º do mesmo regulamento, propor a abertura dos concursos de ingresso e de acesso que se revelem necessários ao normal funcionamento do serviço.

Considerando que a carreira de bombeiro voluntário se encontra regulamentada internamente pelo artigo 24.º do RI dos BMT, sendo o respetivo recrutamento efetuado ao abrigo do artigo 64.º do referido regulamento, devendo ainda ser observado o disposto no Despacho nº 13028/2023, de 20 de dezembro;

Considerando que a Portaria nº 32-A/2014, de 7 de fevereiro, estabelece, no seu artigo 6.º, a obrigatoriedade do cumprimento anual mínimo de 200 horas de serviço operacional por parte dos bombeiros voluntários, das quais pelo menos 160 horas correspondem a atividades operacionais e 40 horas a instrução;

Considerando que a estratégia de gestão de recursos humanos adotada por este Executivo pretende a valorização do corpo voluntário de Bombeiros;

Atenta a necessidade de assegurar a continuidade, eficiência e qualidade do serviço prestado à população, e no exercício de uma decisão de gestão estratégica com impacto operacional;

Delegar o poder de direção do procedimento no Comandante Humberto Delgado, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º do Código do Procedimento Administrativo;

Que sejam desencadeadas, pelos serviços competentes, todas as diligências necessárias à elaboração e publicitação do respetivo aviso de abertura, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida

informação, deliberou aprovar a proposta nos seus exatos termos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 26 de janeiro de 2026

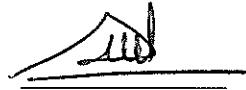
Seguimento:

- DPC p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Diogo Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal



DE
Andre Monteiro

INFO'
INTERNA

PARA
Humberto Morgado

NÚMERO
1463/DPC/2025

DATA
2025-12-23

PROCESSO

CASO
1214/PGEN/DPC/2025

ASSUNTO
Pedido autorização para abertura de inscrições para bombeiros estagiários voluntários

Nos termos do art.º 5 do Regulamento Interno (RI) dos Bombeiros do Município de Tomar (BMT), este corpo de bombeiros é integrado por elementos profissionais e voluntários e conforme a alínea h) do n.º 7 do art.º 12 o Comandante dos BMT propõe a abertura dos concursos de ingresso e acesso que se mostrem necessários. Estando a carreira de bombeiro voluntário regulamentada internamente por art.º 24 do RI dos BMT e o seu recrutamento pelo art.º 64 do mesmo regulamento, tendo se de cumprir para tal o Despacho n.º 13028 de 20 de dezembro de 2023.

Importa referir que segundo o Anexo II – Quadro de pessoal do CB do RI dos BMT existe um défice de 11 elementos na carreira de sapadores e mais 12 elementos na carreira de voluntários, sem referir as falhas na carreira de especialistas (ex. OPTEL).

Neste sentido a estratégia até ao momento adotada por este Comando fui alternar a abertura de ingressos de elementos neste corpo bombeiros (CB) entre as dois carreiras: sapadores e voluntários.

Analisando o seguinte gráfico, podemos visualizar a carreira de bombeiros voluntários nos BMT em períodos de dois anos com referência a 2021:

Assim tivemos um decréscimo de 5 elementos no total neste período, com 13 elementos que saíram e com 8 novas entradas de elementos no CB, sendo que nas últimas duas recrutas de bombeiros voluntários tivemos 4 elementos em cada uma das vezes que abrimos.

A legislação através da portaria n.º 32-A/2014, de 7 de fevereiro, estabelece alguns aspetos de cumprimento obrigatório para os bombeiros voluntários, nomeadamente o art.º 6 onde estão obrigados a cumprir um mínimo de 200 horas de serviço operacional por ano, das quais, no mínimo, 160 horas correspondem às atividades previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo anterior e, no mínimo, 40 horas correspondem à atividade de instrução.

Sabendo de antemão que o socorro e resposta às emergências está cada vez mais complexa e com uma elevada necessidade na capacidade de recursos humanos disponíveis, é notório a falta deles na realidade atual nos BMT, facilmente percepcionada através do elevado número de trabalho extraordinário realizado, assim é uma decisão política de gestão estratégica a abertura de recruta para suprir esta lacuna.

2º Comandante dos Bombeiros
Andre Monteiro



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(15/PGEN/GELS/2026 - 1/DIVER/GELS/2026)

**ASSUNTO: MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR - HOMENAGEM À VENDEDORA
LUCINDA DA CONCEIÇÃO ALVES**

Foi presente proposta do Sr. Presidente, na sequência da proposta do Gabinete de Economia Local, Mercados e Feiras, e do parecer favorável do Vereador Samuel Fontes, submetendo a aprovação do Executivo Municipal homenagear, no dia 28 de janeiro, data em que se assinala o 10.º aniversário da reabertura do Mercado Municipal de Tomar, a vendedora Lucinda da Conceição Alves, a qual cessa a respetiva atividade a partir do próximo mês de fevereiro.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a homenagem em conformidade com o proposto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 26 de janeiro de 2026

Seguimento:

- DTC-GELMF p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal



TOMAR
CIDADE TEMPLÁRIA

DE

Tiago Carrao

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

Aprovado conforme proposto a homenagem à vendedora, no próximo dia 28 de janeiro, data em que se assinala o 10.º aniversário da reabertura do Mercado Municipal, com a oferta de um ramo de Flores.

À reunião de Camara para deliberação

NÚMERO

56/DTC/2026

O Presidente
Tiago Carrao

DATA

2026-01-21

Documentos Anexados:

Despacho nº 55/DTC/2026, de 2026-01-21

PROCESSO

1/DIVER/GELS/2026

CASO

15/PGEN/GELS/2026

ASSUNTO

Proposta de Homenagem a D.
Lucinda Conceição Alves (vendedora no Mercado Municipal de Tomar)



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(16/CPUB/DF/2026)

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA AO MANDATO DE 2021-2025

Foi presente, para conhecimento, o procedimento para aquisição de serviços de auditoria ao mandato 2021-2025.

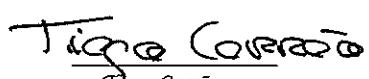
A Câmara tomou conhecimento.

Tomar, 26 de janeiro de 2026

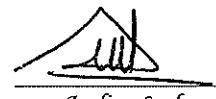
Seguimento:

- DF p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Hugo Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO

(280/ENTE/DAJA/2026 - 2/RECEITA/DF/2020)

ASSUNTO: LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O ANO DE 2026 – repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios

Foi presente proposta do Sr. Presidente, na sequência do ofício circular S-000098-2026, de 13 janeiro, da Direção-Geral das Autarquias Locais, a comunicar, em cumprimento do n.º 2 do artigo 100.º da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2026, os elementos, parâmetros, dados de suporte e valores apurados relativos ao Município de Tomar, referentes à repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios ao abrigo da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e ao disposto nos n.ºs 7 e 8 do referido artigo 100.º.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, tomou conhecimento e deliberou dar conhecimento do referido documento à Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 26 de janeiro de 2026

Seguimento:

- DF p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avefina Leal

MUNICÍPIO: TOMAR

QUADRO 1 - VARIÁVEIS DE INDICADORES COMPOSTOS E INDICADORES DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO GERAL MUNICIPAL (FGM) | 2026

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE (n.º hab.) (1)	DORMIDAS (n.º) (2)	ÁREA (ha) (3)	AMPLITUDE ALTIMÉTRICA (m) (4)	FACTOR H ^(a) (5)	POPULAÇÃO RESIDENTE PONDERADA ^(b) (6)	POP. RES. POND. + MÉDIA DORM. (7)	AREA x FACT.H (8)	ÁREA CLASSIFICADA ^(c) (ha) (9)	FGM BRUTO (€) (10)
2026	37 039	184 934	35 120	318	1	31 020	31 526	43 943	3 768	4 657 720

^(a) Factor de amplitude altimétrica.

^(b) População ponderada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais - RFALEI), tendo em conta os ponderadores marginais previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

^(c) Área classificada como Rede Natura 2000 ou Área Protegida.

Fontes: INE (cols. (1) e (2)); DGT (cols. (3) a (4)); ICNF, DRCPL (RAA) e DROT (RAM) (col. (9)); DGAL.

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE COESÃO MUNICIPAL (FCM) DE ACORDO COM A COMPENSAÇÃO FISCAL (CF), RESPECTIVAS VARIÁVEIS E INDICADORES | 2026

ANO	IMPOSTOS MUNICIPAIS ^(a) + IVA (€) (1)	PARTICIPAÇÃO NO IRS (€) (2)	POPULAÇÃO RESIDENTE (n.º hab.) (3)	DORMIDAS (n.º) (4)	POP. + MÉDIA DORM. (5)	CAPITAÇÃO MÉDIA DO MUNICÍPIO (CMM) N (6)	CAPITAÇÃO MÉDIA DO MUNICÍPIO (CMM) N-1 (7)	CAPITAÇÃO MÉDIA DO MUNICÍPIO (CMM) N-2 (8)	CF ^(b) (€) (9)
2026	9 795 659	2 139 483	37 039	184 934	37 546	261	231	226	9 210 235

N	N-1	N-2
404,97	383,28	380,90

^(a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) + Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas de Imóveis (IMT) + Imposto Único de Circulação (IUC) + Impostos municipais abolidos (Contribuição Autárquica, Sisa e Imposto Municipal sobre Veículos). O IMI é apurado nos termos do n.º 10 do art.º 33.º da RFALEI.

^(b) Contribuintes líquidos se CF (compensação fiscal) < 0.

Fontes: AT (col. (1), col. (2)); INE (cols. (3) e (4)); DGAL.

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE COESÃO MUNICIPAL (FCM) DE ACORDO COM A COMPENSAÇÃO DA DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES (CDO), RESPECTIVAS VARIÁVEIS E INDICADORES | 2026

ANO	IDS _n ^(a) (1)	IDS _m ^(b) (2)	IDO _m ^(c) (3)=(1)-(2)	POPULAÇÃO RESIDENTE (n.º hab.) (4)	POP. x IDO _m (para IDO _m >0) (5)=(4) x [1+(3)]	CDO ^(d) (€) (6)=[(5)/(total(5) x 318.871.629)]
2026	0,915	0,919	-0,004	37 039	0	0

^(a) Índice de desenvolvimento social nacional.

^(b) Índice municipal de desenvolvimento social.

^(c) Índice municipal de desigualdade de oportunidades.

^(d) Compensação da desigualdade de oportunidades.

Fontes: Portaria n.º 200/2004 (II série), de 4 de Fevereiro (cols. (1) e (2)); INE (col. (4)); DGAL.

QUADRO 4 - INDICADORES DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO SOCIAL MUNICIPAL (FSM) | 2026

ANO	Número de inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e ensino básico			
	Pré-escolar (1)	1.º ciclo (2)	2.º e 3.º ciclos (3)	FSM Bruto (€) (4)
2026	503	1 006	1 526	1 023 528

Fontes: DGEEC, DRCPL (RAA) e DROT (RAM) – ano letivo 2023/2024; DGAL.

QUADRO 5 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NOS IMPOSTOS DO ESTADO (PIE) | 2025/2026

OE	FEF			FSM (€) (4)	IRS			FEF + FSM + 5% IRS (€) (8)=(3)+(4)+(5)	Var. (%) (9)	Excedente N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013 (€) (10)	IVA (€) (11)
	CORRENTE (€) (1)	CAPITAL (€) (2)	TOTAL (€) (3)=(2)+(1)		IRS PIE (€) (5)	% IRS (6)	IRS Município (€) (7)				
2025	10 294 681	1 143 853	11 438 534	983 979	2 160 339	4,0%	1 728 271	14 582 852	-	3 988 845	203 762
2026	10 934 086	1 214 898	12 148 984	1 023 528	2 139 483	4,0%	1 711 586	15 311 995	5,00%	3 630 967	347 146

Fonte: DGAL.



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(1957/ENTE/DAJA/2025 - 1/ENTEXT/PR/2020)

ASSUNTO: RELATÓRIO E CONTAS DA RSTJ - GESTÃO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS, E.I.M, SA REFERENTE AO ANO DE 2024

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal os documentos de prestação de contas da RSTJ – Gestão de Tratamento de Resíduos, EIM, SA referentes ao ano de 2024, aprovados na Assembleia Geral realizada a 26 de março de 2025.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, tomou conhecimento e deliberou dar conhecimento dos referidos documentos à Assembleia Municipal.

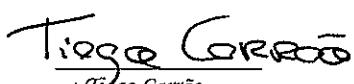
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 26 de janeiro de 2026

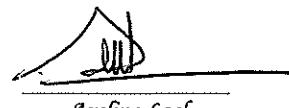
Seguimento:

- GPACM p/ os devidos efeitos e seguidamente à DF

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal



MINUTA DE ATA, 18^a REUNIÃO
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA RSTJ EIM SA
REALIZADA EM 26 de MARÇO DE 2025

MESA:

Presidente: Município de Santarém, Alfredo Condeço Amante;
Primeiro Secretário: Município de Tomar, Helder Duarte Henriques;
Segundo Secretário: Município de Vila Nova da Barquinha: Manuel José Coimbra Mourato.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Vice Presidente: Paulo Jorge ;
Vice Presidente: António Carlos da Costa Camilo;

ACIONISTAS:

Município de Alcanena, representado por: Nuno Miguel Costa Silva
Município da Chamusca, representado por: Rui Filipe Rodrigues Ferreira;
Município de Constância, representado por: Pedro José Lopes Pereira
Município de Entroncamento, representado por: Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim;
Município da Golegã, representado por: Maria Manuela Barreiros Nunes Serrão de Faria Veiga;

Os Município de Ferreira do Zêzere e de Torres Novas justificaram as suas ausências.

Pelas nove horas e cinquenta e oito minutos foi feita a chamada e verificou-se estar presente 80% do capital social representado. Foi assim declarada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Alfredo Condeço Amante, aberta a sessão.

- - - PERÍODO DA ORDEM DO DIA - - -
(Convocatória e Ordem de Trabalhos expedida a 27 de fevereiro de 2025)

Ponto 1 - Ata n.º 17 - análise e deliberação

Deliberação - Aprovado por unanimidade de presenças com votos favoráveis de 60% do capital social (Município da Chamusca, Município de Constância, Município da Golegã e Município de Tomar, Município de Santarém e Município de Alcanena. Não participaram na votação os Municípios de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha.

Ponto 2 - Relatório e Contas 2024 - análise e deliberação

Deliberação - Aprovado por maioria de presenças com votos favoráveis de 40% do capital social (Município da Chamusca, Município de Constância, Município da Golegã e Município de Tomar, votos contra de 30% do

capital social (Município de Entroncamento, Município de Santarém e Município de Vila Nova da Barquinha) e abstenção de 10% do capital social (Município de Alcanena).

Ponto 3 - Relatório de Análises Comparativas das Projeções 2024 - análise e deliberação

Deliberação - Aprovado por maioria de presenças com votos favoráveis de 40% do capital social (Município da Chamusca, Município de Constância, Município da Golegã e Município de Tomar, votos contra de 30% do capital social (Município de Entroncamento, Município de Santarém e Município de Vila Nova da Barquinha) e abstenção de 10% do capital social (Município de Alcanena).

Ponto 4 - Relatório de Execução Orçamental de Exploração e Investimento 2024 - análise e deliberação

Deliberação - Aprovado por maioria de presenças com votos favoráveis de 40% do capital social (Município da Chamusca, Município de Constância, Município da Golegã e Município de Tomar, votos contra de 30% do capital social (Município de Entroncamento, Município de Santarém e Município de Vila Nova da Barquinha) e abstenção de 10% do capital social (Município de Alcanena).

Ponto 5 - Relatório de Avaliação do CGD 2024 - análise e deliberação

Deliberação - Aprovado por maioria de presenças com votos favoráveis de 40% do capital social (Município da Chamusca, Município de Constância, Município da Golegã e Município de Tomar, votos contra de 30% do capital social (Município de Entroncamento, Município de Santarém e Município de Vila Nova da Barquinha) e abstenção de 10% do capital social (Município de Alcanena).

Ponto 6 - Relatório de Governo Societário 2024 - análise e deliberação

Deliberação - Aprovado por maioria de presenças com votos favoráveis de 40% do capital social (Município da Chamusca, Município de Constância, Município da Golegã e Município de Tomar, votos contra de 30% do capital social (Município de Entroncamento, Município de Santarém e Município de Vila Nova da Barquinha) e abstenção de 10% do capital social (Município de Alcanena).

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da RSTJ EIM SA, após lida a presente minuta encerrou os trabalhos às doze horas.

o Presidente da Mesa da Assembleia Geral

**ALFREDO
CONDEÇO
AMANTE**

Assinado de forma digital por
ALFREDO CONDEÇO AMANTE
Dados: 2025.03.31 15:13:06
+01'00'

o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

**HELDER
DUARTE
HENRIQUES**

Assinado de forma
digital por HELDER
DUARTE HENRIQUES
Dados: 2025.03.31
12:09:31 +01'00'

o 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Assinado por: **MANUEL JOSÉ COIMBRA MOURATO**
Num. de Identificação: 08016515
Data: 2025.03.30 22:26:08+01'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de Vila
Nova da Barquinha DE CIDADÃO**

Proposta 195_DG

Assunto: Relatório e Contas 2024

Despacho do C.A.:

AMONAVO

NEUAEPEL A' AL DANA DENESENTE



A análise do Relatório e Contas de 2024 da RSTJ EIM SA revela uma gestão financeira sólida e disciplinada, refletida nos resultados líquidos positivos obtidos, no montante de €12.776,87, apesar do contexto macroeconómico desafiador caracterizado por uma inflação moderada de 2,6 % e custos de financiamento elevados, com a taxa de juro do Banco Central Europeu estabelecida em 3,15 %. A eficiência operacional foi uma prioridade, resultando numa significativa redução de 22,1 % no ativo corrente, correspondente a €3,24 milhões, aliada a uma contenção nos gastos com pessoal, que totalizaram €5,5 milhões, mesmo com um aumento no custo médio por colaborador, que atingiu €22.384,38.

Os investimentos estratégicos realizados durante o ano totalizaram €230.919,74 em ativos fixos tangíveis, que englobam a aquisição de equipamentos básicos e administrativos, além de €45.701,02 em ativos intangíveis, incluindo programas de computador. Estes investimentos estão alinhados com o objetivo de modernização das infraestruturas, embora ainda sejam insuficientes para atender as exigências destacadas na Declaração de Impacto Ambiental.

Os indicadores financeiros apresentados, como a autonomia financeira de 0,30, uma liquidez geral de 0,53 e uma solvabilidade de 0,42, demonstram solidez. No cenário em que ao valor do capital próprio será acrescido da dívida registada no passivo não corrente à associação RESITEJO (valor do trespasse a converter em capital com a extinção da associação), estes valores refletem-se numa autonomia financeira de 47,5%, a liquidez geral mantém o valor de 53% e solvabilidade aumenta para 90,7%.

Adicionalmente, é imperativo considerar os riscos jurídicos, refletidos nos 30 processos de contraordenação em aberto, incluindo questões relacionadas com o IMT, APA e CCDRLVT, juntamente com litígios fiscais que envolvem um montante em disputa de €1,03 milhões. O desalinhamento legislativo com o atual Contrato de Gestão Delegada e as recentes regulamentações, como o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, que aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, exigem atenção especial.

A urgência em cumprir com as condicionantes da Declaração de Impacto Ambiental decorrentes do processo de licenciamento integrado é inegável, uma vez que tais medidas são essenciais para garantir a operacionalidade da RSTJ. Além disso, as projeções orçamentais para o futuro não levam em conta um cenário de inflação persistente nem os custos de financiamento elevados, o que poderá limitar a nossa capacidade de investimento e crescimento sustentável.

Diante desse contexto, a gestão de 2024 evidencia a capacidade da RSTJ em se adaptar a pressões externas. No entanto, a falta de adequação com o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) em vigor e a não concretização das receitas previstas relacionadas com contratos com a Ecoleziria e grandes produtores (devido à retirada da licença) são aspectos que necessitam de revisão urgente.

O equilíbrio financeiro e o rigor orçamental da RSTJ são fundamentais para alinhar operações às exigências regulatórias e aos objetivos estratégicos dos nossos municípios acionistas, promovendo assim não apenas a conformidade, mas a

vabilidade e o fortalecimento da RSTJ no futuro. Em 2025, projetamos um volume de negócios de €13,14 milhões e um EBITDA de €1,46 milhões, indicando um caminho que evidencia uma dependência pela celebração do Contrato de Gestão Delegada 2025-2030.

Assim e atendendo que a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 obteve um resultado líquido de €12.776,87 euros, nos termos do n.º 1 do artigo 29 dos estatutos da sociedade, propondo ao Conselho de Administração a sua aplicação:

- a) Reservas legais - 1.277,69 €
- b) Resultados transitados - 11.499,18 €

À consideração do Conselho de Administração.

o Diretor Geral

(Joel Nunes Marques)



**Relatório
e Contas de
2024**

A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the author or a representative of the organization, is located in the bottom left corner of the page.



Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações do Capital Próprio

Anexo

(Signature)



**Relatório
de Gestão**

1



1 - Introdução

Exmos. Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., com sede social em Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, Carregueira, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão que expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2024.

O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado a 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º158/2009 e conforme os modelos de demonstrações financeiras constantes na Portaria nº220/2015, de 24 de julho.

2 - Enquadramento Económico

Em 2024, a economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, alinhado com as previsões das principais instituições económicas.

A guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 com a invasão da Rússia e o conflito no médio oriente, entre o grupo islamita palestiniano Hamas e Israel, têm tido impacto significativo na economia global com repercussões profundas e duradouras, com destaque para o aumento de produtos essenciais como trigo, milho, óleo de girassol, gás natural e petróleo.

A inflação diminuiu de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024, com perspetiva de 2,1% para 2025, estabilizando em torno de 2% nos anos de 2026 e 2027. Essa tendência reflete a contenção dos custos salariais e a redução das pressões inflacionárias externas. O diferencial de inflação em relação à Zona Euro deve permanecer praticamente inexistente ao longo do período projetado.

O rendimento per capita cresce mais lentamente do que o PIB, refletindo o aumento da população. Este crescimento populacional decorre de saldos migratórios positivos e significativos, que compensam o saldo natural negativo. Os imigrantes têm contribuído positivamente para a economia, especialmente aliviando a falta de mão-de-obra em determinados setores.

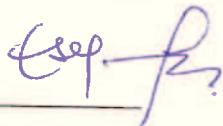
O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)						
	2020	2021	2022	2023	2024 (a)	2025 (a)
Produto interno bruto (PIB)	-8,3	5,5	6,8	2,5	1,7	2,2
Consumo privado	-2,8	4,7	5,6	2,0	3,0	2,7
Consumo público	0,1	4,6	1,4	0,6	1,1	1,1
Défice (% do PIB)	-5,8	-2,9	-1,9	1,2	0,6	-0,1
Taxa de desemprego	7,0	6,6	6,1	6,5	6,4	6,4
Taxa de inflação (IHPC)	-0,1	0,9	8,1	5,3	2,6	2,1

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE, INE e Banco de Portugal (dez/2024)

Em 2024, o mercado de trabalho em Portugal apresentou sinais positivos de recuperação e estabilidade. Apesar dos indicadores positivos, persistem desafios como a necessidade de criação de empregos de qualidade e bem remunerados para reter o talento jovem. A taxa de desemprego deverá manter-se historicamente baixa.

Administração



A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, projetando-se uma evolução para 2,2% em 2025 e 2026, e reduzir-se para 1,7% em 2027. Nas projeções do Eurosistema, o crescimento do PIB na área do euro situa-se em 0,7% em 2024 recuperando para 1,1% em 2025 e 1,4% em 2026.

O comportamento apresenta-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):



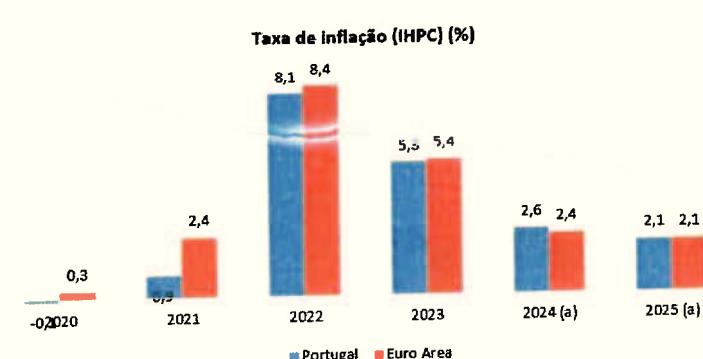
Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia

Notas: (a) Previsões OCDE

De um modo geral, verificou-se um crescimento em alguns países da EU e alguns países a entrarem em recessão, sendo que Espanha atingiu um PIB de 3,0%, a Croácia um PIB de 3,6%, enquanto, a Alemanha atingiu um PIB negativo em 0,1% e a Estónia um PIB negativo em 1,0%.

Em 2024, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 2,4%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2023 (4,3%), enquanto o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 2,7% em 2024 (5,3% no ano anterior).

O comportamento e evolução das taxas de inflação (IHPC) apresentam-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e OCDE

Notas: (a) Previsões

Durante 2024, o BCE veio a reduzir as taxas de juro. Em dezembro de 2024, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situava-se em 3,15%, enquanto as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito em 3,4% e 3,0%, respetivamente.

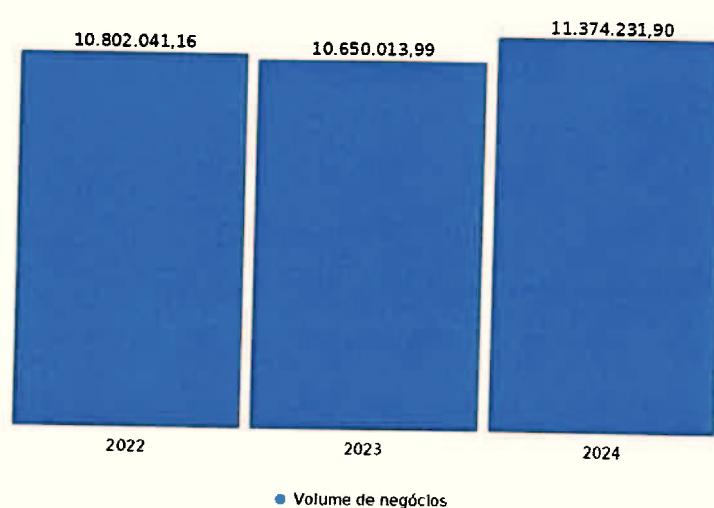
A maior vitalidade da atividade económica nos próximos dois anos decorrerá de um ambiente mais favorável, marcado pela melhoria das condições financeiras, pelo crescimento esperado da procura externa e pelo aumento da entrada de fundos provenientes da União Europeia.

Contudo, o cenário externo enfrenta riscos consideráveis, tanto económicos quanto geopolíticos. O mercado de trabalho permanece sólido, com crescimento do emprego e dos salários reais, juntamente com níveis baixos de desemprego.

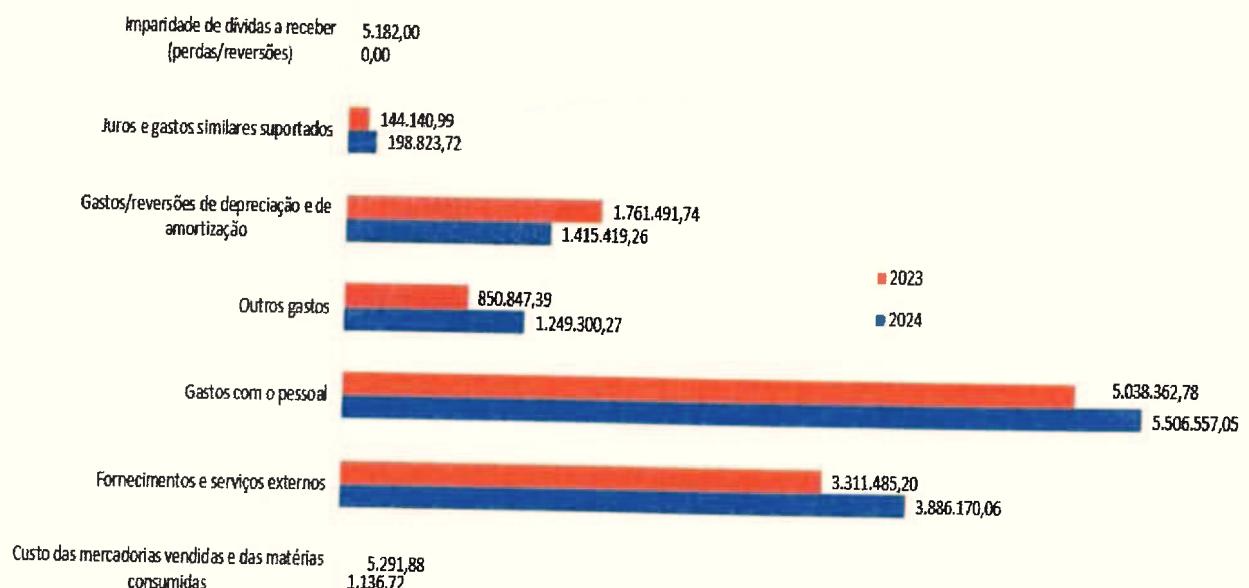
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

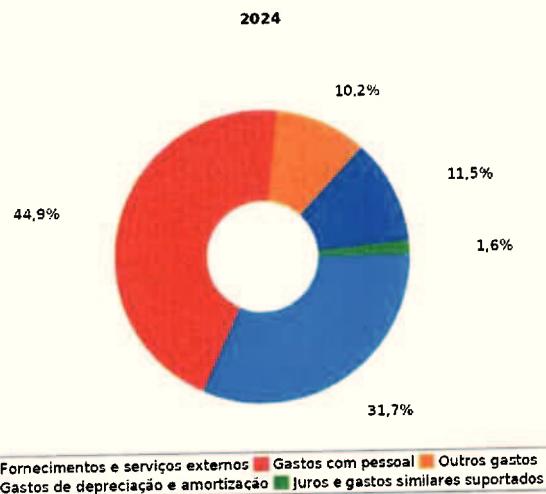
No período de 2024 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela empresa.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

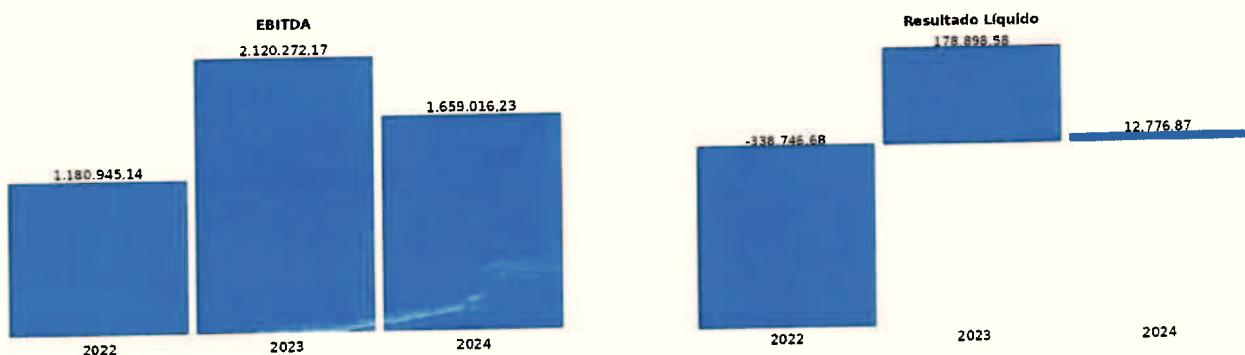


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:





Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

	Itens	PERÍODO	
		2024	2023
Autonomia Financeira		0,30	0,30
Solvabilidade		0,42	0,44
Liquidez Geral		0,53	0,52

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

	Itens	PERÍODO	
		2022	2023
Ativo não corrente		12.838.080,53	12.609.556,95
<i>Percentagem ativo não corrente</i>		77,30%	79,77%
Ativo corrente		3.769.094,22	3.198.920,16
<i>Percentagem ativo corrente</i>		22,70%	20,24%
Total ativo		16.607.174,75	15.808.477,11
Capital Próprio		3.408.874,75	4.798.227,51
<i>Percentagem Capital Próprio</i>		20,53%	30,35%
Passivo não corrente		5.289.195,52	5.039.640,05
<i>Percentagem passivo não corrente</i>		31,85%	31,88%
Passivo corrente		7.909.104,48	5.970.609,55
<i>Percentagem passivo corrente</i>		47,63%	37,77%
Total Capital Próprio e Passivo		16.607.174,75	15.808.477,11
			14.674.553,88

3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

	Itens	PERÍODO	
		2022	2023
Gastos com Pessoal		4.901.118,77	5.038.362,78
Nº Médio de Pessoas		251	260
Gasto Médio por Pessoa		19.526,36	19.378,32
			22.384,38

3.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis, no montante de 230.919,74 euros, referentes a equipamento básico (45.922,68 euros), em equipamento administrativo (14.063,54 euros) e ativos fixos tangíveis em curso (170.933,52 euros).

Foram adquiridos também investimentos em ativos intangíveis, no montante de 45.701,02 euros, referentes a programas de computador.

3.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

4 - Principais Riscos e Incertezas

A entidade apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A entidade gera o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

A entidade de acordo com o orçamento aprovado perspetiva um volume de negócios para 2025 de 13.137.892 euros e um EBITDA 1.463.787 euros.

No que toca à execução do Plano de investimento prevemos investimentos futuros, no montante de 23.570.109 euros, nomeadamente nos investimentos DIA, aterro sanitário, Recolha e Valorização Multimaterial e Orgânica

Face ao exposto e considerando que é premissa da Entidade a eficiente exploração e gestão dos serviços de interesse geral dos resíduos urbanos dos seus acionistas, assim como, manter a apresentação de resultados anuais equilibrados.

7 - Considerações Finais

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a entidade não é detentora de ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Encontram-se em aberto os seguintes processos:

1. Contraordenação n.º 300051851570 (IMT)
2. Contraordenação n.º 200062651470 (IMT)
3. Contraordenação n.º 300064401370 (IMT)
4. Contraordenação n.º 300016551470 (IMT)
5. Contraordenação n.º 300013051470 (IMT)
6. Contraordenação n.º 300073001370 (IMT)
7. Contraordenação n.º 300060621370 (IMT)
8. Contraordenação n.º 201300944 (ACT)
9. Contraordenação n.º 353/18.4CAJIC (IGAMAOT)
10. Contraordenação n.º CO/000754/18 (IGAMAOT)
11. Contraordenação n.º DJUR.DCCO.00246.2019 (APA)
12. Contraordenação n.º NUI/CO/00453/19.3CGI (IGAMAOT)
13. Contraordenação n.º NUI/CO/000169/19.0.CGI (IGAMAOT)
14. Contraordenação n.º NUI/CO/000113/19.5.CGI (IGAMAOT)
15. Contraordenação n.º CO/001038/20.7CGI (IGAMAOT)
16. Contraordenação n.º CO/000453/21.3CGI (IGAMAOT)
17. Contraordenação n.º NUI/CO/001443/21.3CGI (IGAMAOT)
18. Contraordenação n.º 500.30.001.00011.2019/DSRVT (CCDRLVT)
19. Contraordenação n.º 500.30.001.00010.2019/DSRVT (CCDRLVT)
20. Contraordenação n.º NUI/CO/00841/23.0.CGI (IGAMAOT)
21. Contraordenação n.º NUI/CO/003757/23.7.CGI (IGAMAOT)
22. Contraordenação n.º NUI/CO/001034/24.5.CGI (IGAMAOT)
23. Contraordenação n.º NUI/CO/002513/24.0.CGI (IGAMAOT)
24. Contraordenação n.º 500.30.001.00005.2024 (CCDRLVT)
25. Contraordenação n.º 500.30.001.00033.2024 (CCDRLVT)
26. Contraordenação n.º 500.30.001.00069.2024 (CCDRLVT)
27. Contraordenação n.º 500.30.001.00085.2024 (CCDRLVT)
28. Contraordenação n.º 500.30.001.00118.2024 (CCDRLVT)
29. Contraordenação n.º 500.30.001.00137.2024 (CCDRLVT)
30. Auto n.º 207641218 – GNR / ANSR

Liquidation Corretiva da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos)

A 29 de junho de 2021 a APA notificou a RSTJ da decisão final relativa à liquidação corretiva da TGR referente aos anos de 2016 a 2019, petionando o pagamento (quadro abaixo).

A RSTJ apresentou impugnação tributária, à qual foi atribuída efeito suspensivo, o que significa que até decisão da causa os valores não irão ser cobrados coercivamente.

Nessa impugnação, é posta em causa a liquidação levada a cabo pela APA e petionando a sua anulação na totalidade. O processo corre termos no TAF de Leiria, com o n.º 1329/21.OBERLA (valor de 872.033,00 euros).

A 8 maio de 2023, a APA notificou a RSTJ da decisão final relativa à liquidação corretiva da TRG referente ao ano de 2020, petionando o pagamento (quadro abaixo).

A RSTJ apresentou impugnação tributária no TAF de Leiria com o n.º de processo 911/23-5BELRA (valor de 160.979,87 euros)

Período	Quantidade depositada em aterro, declarada no MRRU e sujeita a TGR (t)	Quantidade efetivamente depositada em aterro (t)	Diferencial (t)*	diferencial TGT (com juros compensatórios) (euros)
2016	94.216,73	120.707,45	26.490,72	215.568,34
2017	82.678,03	117.616,73	34.938,69	283.474,71
2018	39.534,71	68.689,78	29.155,07	257.921,24
2019	50.067,52	61.690,63	11.623,11	115.068,77
2020	43.844,37	57.763,50	13.919,13	160.979,87

(*) Equivalente aos quantitativos acima dos 10% do total depositado em aterro (D1).

3. Processo n.º 254/24.7BELRA

A 26-01-2024 a RSTJ foi citada no âmbito dos processos de execução fiscal n.º 1996202401001345; 1996202401001353; 1996202401001361 e 1996202401001370, referentes à liquidação corretiva da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) relativa aos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 respetivamente.

4. Processo n.º 1075/24.2BELRA

A 05-07-2024 a RSTJ foi citada no âmbito do processo de execução fiscal n.º 1996.2024.0101.4552, referente à liquidação corretiva da TGR relativa ao ano de 2020.

Outros contenciosos:

B. Processo 750/22.0BELRA

A 12 de agosto de 2022, a RSTJ intentou um processo de consignação em depósito para pagamento de 472.758,74 euros contra as empresas Ovo Solutions – Solução Ambientais, S.A., NIPC 508874211, com sede em Estrada dos Espanhóis, s/n, CCI 7515, Venda do Alcaide, 2955-250 Pinhal Novo, Caixa Leasing e Factoring – Sociedade Financeira de Crédito, S.A., NIPC 504868713, com sede em Avenida João XXI, 63, 1049-103 Lisboa, e Mattiussi Ecologia SRL, Sociedade de Responsabilidade Limitada constituída sob as leis de Itália, contribuinte n.º IT01281780302, com sede em Via Jacopo Linussio, 80, 33100 Udine, Itália, por existirem diversas cedências de crédito com origem num contrato de fornecimento de bens celebrado com a primeira e dúvida fundada acerca da entidade a quem o pagamento deveria ser efetuado.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 realizou um resultado líquido de 12.776,87 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO 2024
Resultados Transitados	11.499,18
Reservas Legais	1.277,69
Total	12.776,87

9 - Agradecimentos

A Administração não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o Anexo.

10 - Anexo ao Relatório de Gestão

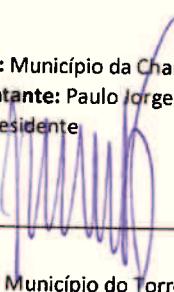
Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Conselho de Administração

Entidade: Município da Chamusca

Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

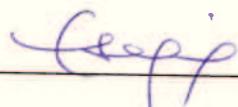
Cargo: Presidente



Entidade: Município do Torres Novas

Representante: Elvira Maria Machado Cruz Sequeira

Cargo: Vogal



Entidade: Município da Golegã

Representante: António Carlos da Costa Camilo

Cargo: Vogal



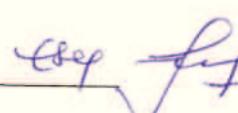
Fiscal Único:

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.

Representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085

Carregueira, de 17 de fevereiro de 2025

Administração





Balanço

2

6

RUBRICAS	Notas	DATAS		
		2024	2023	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	11.323.345,57	12.482.634,70	
Ativos intangíveis	6	33.502,54	19.165,49	
Outros investimentos financeiros	9	58.599,69	66.056,09	
Ativos por impostos diferidos	12	16.063,72	41.700,67	
		11.431.511,52	12.609.556,95	
Ativo corrente				
Inventários	10	376.935,12	107.872,00	
Clientes	13	1.660.632,48	1.818.155,43	
Estado e outros entes públicos	12	170.600,57	107.630,48	
Outros créditos a receber	13	875.215,71	1.020.620,52	
Diferimentos		79.390,58	83.626,08	
Caixa e depósitos bancários	4	80.267,90	61.015,65	
		3.243.042,36	3.198.920,16	
	Total do ativo	14.674.553,88	15.808.477,11	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	13	50.000,00	50.000,00	
Reservas legais	13	23.340,14	5.450,28	
Resultados transitados	13	176.045,97	18.303,78	
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	13	4.075.797,81	4.545.574,87	
Resultado líquido do período		12.776,87	178.898,58	
	Total do capital próprio	4.337.960,79	4.798.227,51	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	8;13	1.768.301,14	2.397.628,25	
Outras dívidas a pagar	13	2.642.011,80	2.642.011,80	
		4.410.312,94	5.039.640,05	
Passivo corrente				
Fornecedores	13	1.173.299,76	3.082.708,89	
Estado e outros entes públicos	12	1.195.318,66	119.139,36	
Financiamentos obtidos	8;13	1.523.929,90	1.171.091,54	
Outras dívidas a pagar	13	2.033.731,83	1.597.669,76	
		5.926.280,15	5.970.609,55	
	Total do passivo	10.336.593,09	11.010.249,60	
	Total do capital próprio e do passivo	14.674.553,88	15.808.477,11	



Demonstração de Resultados por Naturezas

3



RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	11	11.374.231,90	10.650.013,99
Variação nos inventários da produção	10	269.063,12	103.150,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1.136,72	-5.291,88
Fornecimentos e serviços externos	16	-3.886.170,06	-3.311.485,20
Gastos com o pessoal	5;14	-5.506.557,05	-5.038.362,78
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	409,12	-5.182,00
Outros rendimentos	11	658.476,19	578.276,63
Outros gastos	16	-1.249.300,27	-850.847,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.659.016,23	2.120.272,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-1.415.419,26	-1.761.491,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		243.596,97	358.780,43
Juros e gastos similares suportados	8	-198.823,72	-144.140,99
Resultado antes de impostos		44.773,25	214.639,44
Imposto sobre o rendimento do período	12	-31.996,38	-35.740,86
Resultado líquido do período		12.776,87	178.898,58



Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

6

**Demonstração de Fluxos de Caixa
do período findo em 31 de dezembro de 2024
(montantes em EURO)**

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		12.116.683,90	10.771.771,77
Pagamentos a fornecedores		6.731.783,79	5.127.739,39
Pagamentos ao pessoal	14	5.498.704,76	5.032.885,68
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-113.804,65	611.146,70
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		16.989,77	-18.111,79
Outros recebimentos/pagamentos		597.348,15	-292.309,50
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		466.553,73	336.948,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	230.919,74	1.537.819,79
Ativos intangíveis	6	45.701,02	21.705,00
Investimentos financeiros	9	7.456,40	1.900,46
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		312.088,15	910.641,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		28.010,99	-650.783,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	8	1.810.000,00	1.693.986,33
Cobertura de prejuízos		0,00	408.183,21
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	8	2.086.488,75	2.668.126,19
Juros e gastos similares	8	198.823,72	144.140,99
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-475.312,47	-710.097,64
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		19.252,25	-1.023.932,29
Caixa e seus equivalentes no início do período		61.015,65	1.084.947,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	80.267,90	61.015,65



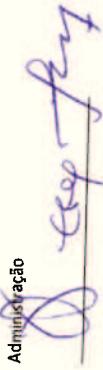
Demonstração das Alterações Do Capital Próprio

5

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio
do período findo em 31 de dezembro de 2024
(montantes em EURO)**

DESCRÍÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	50.000,00			5.450,28		18.103,78			4.545.574,87	178.898,58	4.798.227,51		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
7					17.899,86		157.742,19			-469.777,06	-178.898,58	-473.043,59		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				17.899,86		157.742,19			-469.777,06	-178.898,58	-473.043,59		
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										12.776,87	12.776,87	12.776,87	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											-460.266,72	-460.266,72	-460.266,72	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6+7+8+10	50.000,00			23.340,14		176.045,97			4.075.797,81	12.776,87	4.337.960,79		
POSição NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	50.000,00												
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
2											-338.746,68	802.270,97	338.746,68	802.270,97
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										-338.746,68	802.270,97	338.746,68	802.270,97
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											178.898,58	178.898,58	178.898,58
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Entradas para cobertura de perdas	5													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6+1+2+3+5	50.000,00									408.183,21	408.183,21	408.183,21	408.183,21
2023														

Administração



Contabilista Certificado



Página: 13 / 29



Anexo

6

6

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Sede social: Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, Carregueira

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

O capital atual da sociedade ascende a 50.000,00 euros.

A empresa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número 515332607

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Empresa ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2024.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrédimo)

A Entidade reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

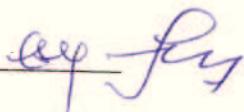
- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Administração



Contabilista Certificado



Página: 14 / 29

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da empresa, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A empresa optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os contratos de locação financeira, relativamente aos quais a Empresa assume os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado, são registados, na data do seu início, como ativo e passivo pelo valor atual das rendas vincendas, desde que menores que o justo valor do bem.

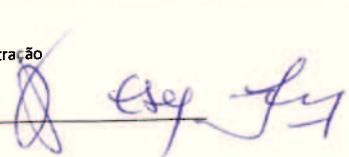
As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Empresa considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

• Edifícios e outras construções	50 anos
• Equipamento básico	10-15 anos
• Equipamento administrativo	3-5 anos
• Equipamento de transporte	4 anos
• Outros ativos tangíveis	3-10 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Administrador



Contabilista Certificado



Página: 15 / 29

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros referentes a participações financeiras são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, não sendo posteriormente mensurados pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Réido

O réido compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

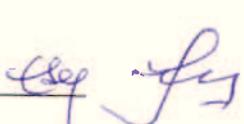
Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê que venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

A empresa encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez. Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro.

Administração



Contabilista Certificado



Página: 16 / 29

A empresa apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

O risco de crédito na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade, sendo que a empresa tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco. Outra das atitudes tomadas prende-se com uma regular monitorização das contas de clientes, bem como o recurso atempado às vias legalmente necessárias para recuperação de créditos.

A empresa gera o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

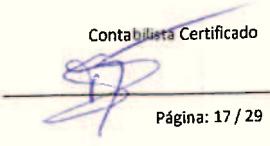
Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

Administração



Contabilista Certificado



Página: 17 / 29

No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - Desagregação:

	Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		262,59	129.249,35	129.101,54	410,40
Depósitos à ordem		60.753,06	16.288.180,61	16.269.076,17	79.857,50
Total		61.015,65	16.417.429,96	16.398.177,71	80.267,90

5 - Partes relacionadas

5.1 - Identificação das partes relacionadas

5.1.1 - Identificar se existem participações entre entidades

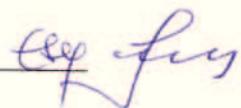
A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., é uma entidade constituída por 10 municípios:

- Alcanena;
- Chamusca;
- Constância;
- Entroncamento;
- Ferreira do Zêzere;
- Golegã;
- Santarém;
- Tomar;
- Torres Novas e;
- Vila Nova da Barquinha.

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos.

Administração



Contabilista Certificado


Página: 18 / 29

6 - Ativos intangíveis

6.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

6.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

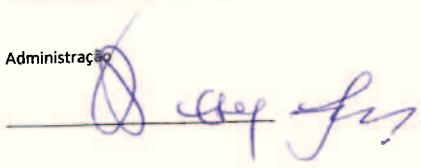
Ativos intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	19.183,97	184.844,86	0,00	92.088,66	0,00	0,00	296.117,49
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	19.183,97	151.342,32	0,00	92.088,66	0,00	0,00	262.614,95
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	19.183,97	139.143,84	0,00	92.088,66	0,00	0,00	250.416,47
Amortizações acumuladas	0,00	17.579,58	137.277,12	0,00	76.394,28	0,00	0,00	231.250,98
Saldo no início do período	0,00	1.604,39	1.866,72	0,00	15.694,38	0,00	0,00	19.165,49
Variações do período	0,00	-1.604,39	31.635,82	0,00	-15.694,38	0,00	0,00	14.337,05
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	45.701,02	0,00	0,00	0,00	0,00	45.701,02
Total de aumentos	0,00	0,00	45.701,02	0,00	0,00	0,00	0,00	45.701,02
Amortizações do período	0,00	1.604,39	14.065,20	0,00	15.694,38	0,00	0,00	31.363,97
Total de diminuições	0,00	1.604,39	14.065,20	0,00	15.694,38	0,00	0,00	31.363,97
Saldo no final do período	0,00	0,00	33.502,54	0,00	0,00	0,00	0,00	33.502,54

Ativos intangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	19.183,97	139.143,84	0,00	92.088,66	0,00	0,00	250.416,47
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	17.579,58	137.277,12	0,00	76.394,28	0,00	0,00	231.250,98
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	19.183,97	117.438,84	0,00	92.088,66	0,00	0,00	228.711,47
Amortizações acumuladas	0,00	14.749,60	91.908,04	0,00	49.592,85	0,00	0,00	156.250,49
Saldo no início do período	0,00	4.434,37	25.530,80	0,00	42.495,81	0,00	0,00	72.460,98
Variações do período	0,00	-2.829,98	-26.934,53	0,00	-23.530,98	0,00	0,00	-53.295,49
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	21.705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.705,00
Total de aumentos	0,00	0,00	21.705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.705,00
Amortizações do período	0,00	2.829,98	48.639,53	0,00	23.530,98	0,00	0,00	75.000,49
Total de diminuições	0,00	2.829,98	48.639,53	0,00	23.530,98	0,00	0,00	75.000,49
Saldo no final do período	0,00	1.604,39	1.866,72	0,00	15.694,38	0,00	0,00	19.165,49

Administração



Contabilista Certificado

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

7.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na nota 3.2.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	375.090,31	8.902.822,21	5.701.842,67	1.169.901,65	53.612,19	0,00	255.939,90	1.100.928,65	0,00	17.560.137,58
Depreciações acumuladas	0,00	2.132.072,55	1.748.832,20	927.302,75	46.492,43	0,00	222.802,95	0,00	0,00	5.077.502,88
Saldo no início do período	375.090,31	6.770.749,66	3.953.010,47	242.598,90	7.119,76	0,00	33.136,95	1.100.928,65	0,00	12.482.634,70
Variações do período	0,00	-722.996,97	-475.295,25	-126.007,65	5.530,26	0,00	-11.453,04	170.933,52	0,00	-1.159.289,13
Total de aumentos	0,00	0,00	64.421,18	20.546,05	15.674,04	0,00	0,00	170.933,52	0,00	271.574,79
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	45.922,68	0,00	14.063,54	0,00	0,00	170.933,52	0,00	230.919,74
Outros aumentos	0,00	0,00	18.498,50	20.546,05	1.610,50	0,00	0,00	0,00	0,00	40.655,05
Total de diminuições	0,00	722.996,97	539.716,43	146.553,70	10.143,78	0,00	11.453,04	0,00	0,00	1.430.863,92
Depreciações do período	0,00	722.996,97	515.064,35	126.007,65	8.533,28	0,00	11.453,04	0,00	0,00	1.384.055,29
Alienações	0,00	0,00	21.612,85	20.546,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.158,90
Abates	0,00	0,00	3.039,23	0,00	1.610,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.649,73
Saldo no fim do período	375.090,31	6.047.752,69	3.477.715,22	116.591,25	12.650,02	0,00	21.683,91	1.271.862,17	0,00	11.323.345,57
Valor bruto no fim do período	375.090,31	8.902.822,21	5.723.113,27	1.149.355,60	66.065,23	0,00	255.939,90	1.271.862,17	0,00	17.744.248,69
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	2.855.069,52	2.245.398,05	1.032.764,35	53.415,21	0,00	234.255,99	0,00	0,00	6.420.903,12

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	375.090,31	8.902.822,21	2.892.403,14	1.166.566,65	52.761,19	0,00	241.688,20	2.390.986,09	0,00	16.022.317,79
Depreciações acumuladas	0,00	1.387.766,38	1.034.211,77	750.923,20	36.070,85	0,00	182.039,43	0,00	0,00	3.391.011,63
Saldo no início do período	375.090,31	7.515.055,83	1.858.191,37	415.643,45	16.690,34	0,00	59.648,77	2.390.986,09	0,00	12.631.306,16
Variações do período	0,00	-744.306,17	2.094.819,10	-173.044,55	-9.570,58	0,00	-26.511,82	-1.290.057,44	0,00	-148.671,46
Total de aumentos	0,00	0,00	63.376,57	3.335,00	851,00	0,00	14.251,70	1.456.005,52	0,00	1.537.819,79
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	63.376,57	3.335,00	851,00	0,00	14.251,70	1.456.005,52	0,00	1.537.819,79
Total de diminuições	0,00	744.306,17	714.620,43	176.379,55	10.421,58	0,00	40.763,52	0,00	0,00	1.686.491,25
Depreciações do período	0,00	744.306,17	714.620,43	176.379,55	10.421,58	0,00	40.763,52	0,00	0,00	1.686.491,25
Transferências de AFT	0,00	0,00	2.746.062,96	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.746.062,96	0,00	0,00
Saldo no fim do período	375.090,31	6.770.749,66	3.953.010,47	242.598,90	7.119,76	0,00	33.136,95	1.100.928,65	0,00	12.482.634,70
Valor bruto no fim do período	375.090,31	8.902.822,21	5.701.842,67	1.169.901,65	53.612,19	0,00	255.939,90	1.100.928,65	0,00	17.560.137,58
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	2.132.072,55	1.748.832,20	927.302,75	46.492,43	0,00	222.802,95	0,00	0,00	5.077.502,88

Administração



Contabilista Certificado



Página: 20 / 29

8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1 - Empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2024 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 198.823,72 euros.

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total de custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	3.292.231,04	1.523.929,90	1.768.301,14	198.823,72	198.823,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	2.216.961,33	1.454.725,90	762.235,43	198.823,72	198.823,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	1.075.269,71	69.204,00	1.006.065,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	3.292.231,04	1.523.929,90	1.768.301,14	198.823,72	198.823,72	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2 - Outras divulgações

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	198.823,72	144.140,99
Juros de financiamentos suportados	198.823,72	144.140,99
<i>Juros de empréstimos bancários</i>	<i>127.855,59</i>	<i>144.140,99</i>
<i>Outros juros de financiamentos suportados</i>	<i>70.968,13</i>	<i>0,00</i>

9 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

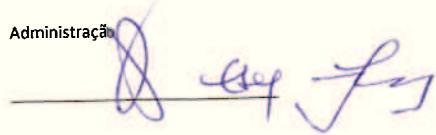
9.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros

9.1.1 - Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam outros métodos

Método do Custo em Investimentos Financeiros - movimentos do período:

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Financeiros	Inv. Fin. Em Curso	Adiantamentos p/ Inv. Financeiros	Total
Valor bruto inicial	0,00	0,00	0,00	66.056,09	0,00	0,00	66.056,09
Valor líquido inicial	0,00	0,00	0,00	66.056,09	0,00	0,00	66.056,09
Movimentos do período	0,00	0,00	0,00	-7.456,40	0,00	0,00	-7.456,40
Outros movimentos do período	0,00	0,00	0,00	-7.456,40	0,00	0,00	-7.456,40
Valor líquido final	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69

Administração



Contabilista Certificado

Página: 21 / 29

10 - Inventários

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

O método do custeio usado é o da fórmula do custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.1.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

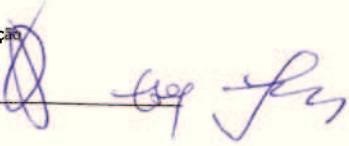
Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsíd.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	1.136,72	1.136,72	0,00	5.291,88	5.291,88
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	1.136,72	1.136,72	0,00	5.291,88	5.291,88

10.1.2 - Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários de produção - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd. desp e refugos Per. Anterior	Prod. e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	376.935,12	0,00	0,00	376.935,12	107.872,00	0,00	0,00	107.872,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários iniciais	107.872,00	0,00	0,00	107.872,00	4.721,20	0,00	0,00	4.721,20
Variação da produção	269.063,12	0,00	0,00	269.063,12	103.150,80	0,00	0,00	103.150,80

Administração



Contabilista Certificado

Página: 22 / 29

11 - Rédito

11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

	Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens		3.540.513,23	3.271.846,09
Prestação de serviços		7.833.718,67	7.378.167,90
Outros réditos		658.476,19	578.276,63
Total		12.032.708,09	11.228.290,62

11.3 - Outras informações

Itens	PERÍODO	
	2024	2023
Outros rendimentos	658.476,19	578.276,63
Rendimentos suplementares	108.341,85	91.274,43
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	80.357,28	70.404,00
Imputração de subsídios para investimentos	469.777,06	397.645,77
Outros	0,00	18.952,43

12 - Impostos e contribuições

12.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

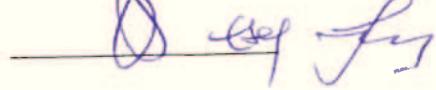
a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Impostos - componentes:

	Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período		44.773,25	214.639,44
Imposto corrente		6.359,43	7.283,77
Imposto diferido		25.636,95	28.457,09
Imposto sobre o rendimento do período		31.996,38	35.740,86
Tributações autónomas		339,91	497,84
Taxa efetiva de imposto		71,46	16,65

Administração



Contabilista Certificado

Página: 23 / 29

12.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Estado e Outros Entes Públícos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	9.706,00	6.359,43	0,00	7.283,77
Pagamentos por conta	9.706,00	0,00	0,00	0,00
<i>Pagamentos normais</i>	9.706,00	0,00	0,00	0,00
IRC a receber / pagar	0,00	6.359,43	0,00	7.283,77
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	20.499,28	0,00	22.783,35
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	107.086,86	0,00	98.822,77	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	97.782,71	0,00	89.041,82
Tributos das autarquias locais	0,00	30,42	0,00	30,42
Outras tributações	53.807,71	1.070.646,82	8.807,71	0,00
Total	170.600,57	1.195.318,66	107.630,48	119.139,36

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. A Administração da entidade entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a entidade encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

13 - Instrumentos financeiros

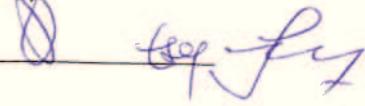
13.1 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados:

Os instrumentos financeiros detidos pela Empresa encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Clientes	0,00	0,00	2.645.003,56	-109.155,37	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	1.769.787,85	-109.155,37	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	9.141.274,43	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	1.173.299,76	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	3.292.231,04	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	4.675.743,63	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-70.559,01	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	409,12	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-70.968,13	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de Juros:	0,00	0,00	-127.855,59	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-127.855,59	0,00	0,00

Administrador



Contabilista Certificado



Página: 24 / 29

13.2 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social nominal ascende a 50.000,00 euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

13.3 - Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital encontra-se dividido em 10.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada uma.

13.4 - Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Capital próprio - movimentos do período:

	Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Reservas		5.450,28	0,00	17.889,86	23.340,14
Reservas legais		5.450,28	0,00	17.889,86	23.340,14
Resultados transitados		18.303,78	0,00	157.742,19	176.045,97
Outras variações nos capitais próprios		4.545.574,87	469.777,06	0,00	4.075.797,81
Subsídios		4.545.574,87	469.777,06	0,00	4.075.797,81
Total		4.619.328,93	469.777,06	175.632,05	4.325.183,92

14 - Benefícios dos empregados

14.1 - Número médio de empregados e gastos com o pessoal

A 31 de dezembro de 2024 o número de colaboradores ao serviço da empresa foi de 256.

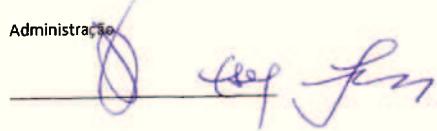
14.1.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Pessoal - benefícios:

	Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal		5.506.557,05	5.038.362,78
Remunerações do pessoal		4.032.898,65	3.704.506,59
Indemnizações		0,00	244,57
Encargos sobre as remunerações		873.628,53	812.196,40
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		336.975,12	288.752,81
Outros gastos com o pessoal, dos quais:		263.054,75	232.662,41
- Formação		31.095,37	29.905,83
- Fardamento		21.384,06	28.526,24

Administrador



Contabilista Certificado



Página: 25 / 29

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

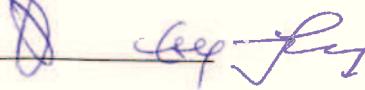
	Descrição	Atividade CAE 1	Total
	CAE	38212	
Vendas			
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos		3.540.513,23	3.540.513,23
Prestações de serviços		3.540.513,23	3.540.513,23
Compras		7.833.718,67	7.833.718,67
Fornecimentos e serviços externos		1.136,72	1.136,72
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		3.886.170,06	3.886.170,06
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		1.136,72	1.136,72
Variação nos inventários de produção		269.063,12	269.063,12
Gastos com o pessoal		5.506.557,05	5.506.557,05
Remunerações		4.032.898,65	4.032.898,65
Outros gastos		1.473.658,40	1.473.658,40
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final		11.323.345,57	11.323.345,57
Total das aquisições		230.919,74	239.324,46
Adições no período de ativos em curso		170.933,52	170.933,52
Propriedades de investimento			

15.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

	Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extracomunitário	Total
Vendas		3.540.513,23	0,00	0,00	3.540.513,23
Prestações de serviços		7.833.718,67	0,00	0,00	7.833.718,67
Compras		1.136,72	0,00	0,00	1.136,72
Fornecimentos e serviços externos		3.868.647,21	17.522,85	0,00	3.886.170,06
Aquisições de ativos fixos tangíveis		211.145,28	19.774,46	0,00	230.919,74
Aquisições de ativos intangíveis		45.701,02	0,00	0,00	45.701,02
Rendimentos suplementares:		108.341,85	0,00	0,00	108.341,85
Aluguer de equipamento		3.360,00	0,00	0,00	3.360,00
Outros rendimentos suplementares		104.981,85	0,00	0,00	104.981,85

Administrador



Contabilista Certificado



Página: 26 / 29

16 - Outras informações

16.1 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

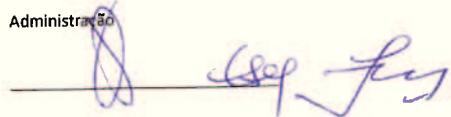
Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

	Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos		51.347,02	132.786,04
Serviços especializados		1.723.539,15	1.284.476,64
Trabalhos especializados		160.567,27	142.138,49
Publicidade e propaganda		22.120,15	21.044,95
Vigilância e segurança		84.000,00	83.186,00
Honorários		55.878,63	49.270,00
Conservação e reparação		1.394.996,40	973.405,14
Outros		5.976,70	15.432,06
Materiais		81.147,66	119.260,70
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		66.670,56	109.159,40
Material de escritório		14.477,10	10.101,30
Energia e fluidos		1.339.317,93	1.154.215,82
Electricidade		271.556,19	80.669,19
Combustíveis		1.011.480,05	1.004.842,57
Água		20.270,58	11.603,63
Outros		36.011,11	57.100,43
Deslocações, estadas e transportes		7.235,78	21.064,48
Deslocações e estadas		7.235,78	21.064,48
Serviços diversos		683.582,52	599.681,52
Rendas e alugueres		428.932,56	338.146,35
Comunicação		31.262,06	35.275,92
Seguros		173.406,75	163.202,84
Contencioso e notariado		1.715,79	1.467,10
Limpeza, higiene e conforto		48.265,36	61.589,31
Total:		3.886.170,06	3.311.485,20

16.2 - Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 11.880,00 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros trabalhos.

Administrador



Contabilista Certificado



Página: 27 / 29

16.3 - Benefícios provenientes de Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI II)

Período a que respeita o benefício	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para o período seguinte
2021	162.284,94	0,00	9.663,16	152.621,78
Totais	162.284,94	0,00	9.663,16	152.621,78

16.4 - Imputação de subsídios

Na determinação do justo valor dos ativos fixos tangíveis, no âmbito da cessão de estabelecimento e património da Resitejo, datado de 31 de julho de 2020, não foram considerados os subsídios ao investimento, dado que na avaliação patrimonial realizada, os avaliadores independentes, na determinação do valor do uso dos bens móveis tomaram em consideração o seguinte:

1. valor indicativo dos capitais próprios da Resitejo; e
2. avaliação efetuada por perito independente relativamente ao justo valor dos bens imóveis.

Ou seja, não existe sustentação metodológica para a inclusão dos subsídios ao investimento na avaliação pelo valor de uso do ativo fixo tangível, para efeito de dar cumprimento ao regime dos preços de transferência, nomeadamente, ao disposto na alínea b), do nº 3, do artigo 63º do Código de IRC, no âmbito da transferência da atividade. O procedimento descrito vai de encontro ao estabelecido na International Accounting Standard (IAS) 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance, a qual prevê a possibilidade dos subsídios ao investimento, serem contabilizados como dedução ao valor do ativo que se destinam a subsidiar ou como rendimento diferido.

Enquanto na Resitejo, conforme divulgação no anexo às demonstrações financeiras, os procedimentos e práticas de reconhecimento dos subsídios e da respetiva contabilização eram os seguintes: "Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos. Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

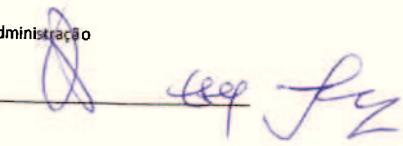
Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis."

Esses procedimentos decorrem da aplicação da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, nomeadamente o disposto nos parágrafos 22 a 24.

Assim, entendemos divulgar, no quadro seguinte, a informação financeira dos subsídios ao investimento por reconhecer, desde a data de transferência dos ativos pela Resitejo, como se tal operação não tivesse ocorrido:

Ativos	Valor aquisição	Depreciação acumulada em 31-12-2024	Depreciações acumuladas do Período 2024	Subsídio a reconhecer em 31-12-2023	Rendimentos a ser reconhecido no período	Subsídio a reconhecer
Edifícios e outras construções	5.639.632,39	3.872.535,29	314.731,42	1.510.930,34	216.824,93	1.294.105,40
Equipamento básico	15.294.612,50	15.294.612,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	1.025.801,08	1.025.801,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de ativos fixos:	21.990.045,97	20.192.948,87	314.731,42	1.510.930,34	216.824,93	1.294.105,40
Ativos intangíveis	144.558,25	144.558,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de ativos intangíveis:	144.558,25	144.558,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	22.104.604,22	20.337.507,12	314.731,42	1.510.930,34	216.824,93	1.294.105,40

Administração



Contabilista Certificado

Página: 28 / 29

16.5 - Outros Gastos

Itens	PERÍODO	
	2024	2023
Outros gastos	1.320.268,40	850.847,39
Impostos	1.132.967,45	829.243,92
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	5.523,58	0,00
Donativos	11.959,10	7.795,33
Quotizações	13.512,36	13.152,00
Outros	85.337,78	656,14
Outros Gastos de Financiamentos	70.968,13	0,00

16.6 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 realizou um resultado líquido de 12.776,87 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

Resultados transitados: 11.499,18 euros
 Reservas legais: 1.277,69 euros

17 - Acontecimentos após a data do balanço

17.1 - Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

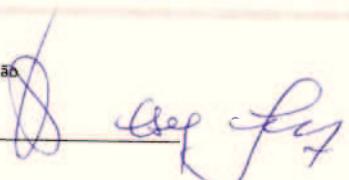
b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os acionistas da empresa detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

17.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Administração



Contabilista Certificado



Página: 29 / 29



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 14.674.554 euros e um total de capital próprio de 4.337.961 euros, incluindo um resultado líquido de 12.777 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. , em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade não constituiu provisões ambientais, relacionadas com a monitorização ambiental e encerramento das células de deposição de resíduos, pelo facto de não existirem elementos que possibilitem a sua mensuração.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

3

1/3



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o mapa de execução orçamental e plano plurianual de investimentos

Dando cumprimento à alínea j) do nº 6 do artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e da alínea k) do nº 1 do artigo 25º dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira incluída no mapa de execução orçamental, plano plurianual de investimentos, indicando que as informações são coerentes com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 54º, nº 2 do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui a informação anual sobre as matérias referentes às práticas de bom governo, constantes do capítulo II do referido diploma legal, detalhando tais matérias de forma adequada às características da Entidade e encontra-se estruturado de acordo com o manual emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2025

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Chamusca

Em cumprimento do disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhamos a atividade da vossa Empresa através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Administração quer pelos Serviços. Por outro lado, vigímos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Administração, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Sociedade.

Elaborámos a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Administração deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Administração devem ser aprovadas; e
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração deve ser aprovada.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2025

FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC nº 1085
Registado na CMVM com o nº 20160697



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(325/ENTE/DAJA/2026)

33

ASSUNTO: AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO DOMÍNIO HÍDRICO NO ANO DE 2025

Foram presentes, para conhecimento, os dados estatísticos das ações de fiscalização efetuadas pelo Núcleo de Proteção Ambiental do Destacamento Territorial de Tomar da Guarda Nacional Republicana no âmbito do domínio hídrico, no ano transato.

A Câmara tomou conhecimento.

Tomar, 26 de janeiro de 2026

Seguimento:

- GPACM p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Tiago Carrão". Below the signature is a smaller, cursive version of the same name.

A Coordenadora Técnica

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Avelina Leal". Below the signature is a small, stylized drawing of a mountain or peak.